

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 30 DE MARÇO DE 2023

(SUPLEMENTO) QUINTA-FEIRA - PÁGINA 17

São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados pessoais e de seu endereço.

13.32 As despesas relativas à participação em todas as fases do concurso e à apresentação para os exames da avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e para os exames pré-admissionais correrão às expensas do próprio candidato.

13.33 As alterações de legislação com entrada em vigor até a data de publicação deste edital serão objeto de avaliação, ainda que não contempladas nos objetos de avaliação constantes do item 14 deste edital.

13.34 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação, salvo se listadas nos objetos de avaliação constantes do item 14 deste edital.

13.34.1 As jurisprudências pacificadas dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de itens desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas.

13.35 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

13.36 Os casos omissos serão resolvidos pelo Cebraspe e pela SEFIN.

14 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)

14.1 HABILIDADES

14.1.1 Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, com o intuito de valorizar a capacidade de raciocínio.

14.1.2 Cada item das provas poderá contemplar mais de um objeto de avaliação.

14.2 CONHECIMENTOS

14.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir.

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 7 Redação e correspondências oficiais. 7.1 Manual de Redação da Presidência da República.

RACIOCÍNIO LÓGICO: 1 Estruturas lógicas. 2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 3 Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas; tabelas-verdade; equivalências; leis de Morgan; diagramas lógicos. 4 Lógica de primeira ordem. 5 Princípios de contagem e probabilidade. 6 Operações com conjuntos. 7 Problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA: 1 Lei orgânica do Município de Fortaleza/CE. 2 Lei nº 6.794/1990 e suas alterações (Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza). Lei Complementar nº 159/2013 e suas alterações (Código Tributário do Município de Fortaleza); Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015, suplemento do Diário Oficial do Município nº 15.674 de 22 de dezembro de 2015. Taxa do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU); Lei 11.323/2022 e Lei 11.337/2023.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO: 1 Ética e moral. 2 Ética, princípios e valores. 3 Ética e democracia: exercício da cidadania. 4 Ética e função pública. 5 Ética no setor público. 6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Atos de improbidade administrativa. 7 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 A Constituição da República Federativa do Brasil (1988). 1.1 Princípios Fundamentais. 1.2 Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais. 2. Organização do Estado. 2.1 Organização da União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e dos Territórios. 2.2 Administração Pública: disposições gerais, servidores públicos civis. 3. Poderes da União.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Princípios do Direito Administrativo. 2 Atos Administrativos. 2.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação, invalidação. 3 Servidor Público. 3.1 Lei nº 6.794/1990 e suas alterações (Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza) 3.1.1 Lei Complementar Municipal 298, de 26 de abril de 2021. 3.2 Disposições preliminares (arts. 1º ao 4º). 3.3 Do Provimento dos Cargos e Da Reintegração (arts. 5º ao 38). 3.4 da Vacância e Substituição (arts. 39 ao 43). 3.5 Dos Direitos e vantagens a Da Disponibilidade e do Aproveitamento (arts. 44 ao 129). 3.6 Da Previdência e da Assistência a Do Pecúlio (arts. 130 ao 165). 3.7 Do Regime Disciplinar e Das Penalidades (arts. 166 ao 185). 4 Uso e abuso do poder. 5 Serviço Público. 6 Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações (Lei de licitações e contratos administrativos). 6.1 Princípios e definições. 6.2 Contratação direta, inexigibilidade e dispensa de licitação. 6.3 Modalidades de licitação. 6.4 Contratos administrativos. 7 Controle e responsabilização da administração. 7.1 Controles administrativo, judicial e legislativo. 7.2 Responsabilidade civil do Estado. 8. Bens públicos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 1 Noções de sistema operacional (ambientes Windows). 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Office). 3 Redes de computadores. 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. 3.2 Programas de navegação (Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox). 3.3 Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Zimbra e-mail). 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet. 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 5 Segurança da informação. 5.1 Procedimentos de segurança. 5.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais. 5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, firewall e antispyware). 5.4 Procedimentos de backup. 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).

NOÇÕES DE ESTRATÉGIA, PLANEJAMENTO E PROJETOS: 1 Fundamentos de estratégia e de planejamento. 1.1 Conceitos sobre estratégia. 1.2 Conceitos sobre planejamento. 1.3 Tipos e níveis de planejamento. 1.4 Conceitos sobre planejamento estratégico. 2 Definição de negócio, missão, visão e valores organizacionais 2.1 Objetivos estratégicos 3 Projetos. 3.1 Principais conceitos.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 30 DE MARÇO DE 2023

(SUPLEMENTO) QUINTA-FEIRA - PÁGINA 18

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FISCAL: 1 O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. 2 Federalismo fiscal. 3 Orçamento público no Brasil. 3.1 Plano Plurianual (PPA). 3.2 Lei de diretrizes orçamentárias (LDO). 3.3 Lei orçamentária anual (LOA). 4 O Sistema Tributário Nacional. 4.1 Competência tributária. 4.2 Limitações da competência tributária. 5 Os impostos federais, estaduais e municipais. 5.1 Receitas públicas municipais. 6 Despesas públicas municipais constitucionais. 7 Participação social no controle dos recursos públicos. 7.1 Educação fiscal. 8 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). 8.1 Princípios, conceitos, transparência na gestão fiscal. 8.2 Limites de gasto com pessoal.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA: 1 Estado, Governo e Sociedade. 1.1 Conceito e evolução do Estado contemporâneo; aspectos fundamentais na formação do estado brasileiro; teorias das formas e dos sistemas de governo. 2 Administração Estratégica. 3 Organização do Estado e da gestão. 4 Departamentalização; descentralização; desconcentração. 5 Os agentes públicos e a sua gestão, normas legais e constitucionais aplicáveis. 6 Serviço de atendimento ao cidadão. 7 Governança na gestão pública.

FLUÊNCIA EM DADOS: 1 conceitos, atributos, métricas, transformação de Dados. 2 Análise de dados. 2.1 Agrupamentos. Tendências. Projeções. 3 Conceitos de Analytics. 4 Aprendizado de Máquina. 5 Inteligência Artificial. 6 Processamento de Linguagem Natural. 7 Governança de Dados: conceito, tipos (centralizada, compartilhada e colegiada). 8 Ciência de dados: Importância da informação. Ciclo de vida do processo de ciência de dados. 9 Big Data: Big Data em relação a outras disciplinas. Papéis dos envolvidos em projetos de Ciência de dados e Big Data. Arquitetura de Big Data. Modelos de entrega e distribuição de serviços de Big Data. Plataformas de computação em nuvem para Big Data. 10 Transformação digital.

ATUALIDADES (SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA PARA OS CARGOS DE ANALISTA FAZENDÁRIO MUNICIPAL): 1 Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 1: ANALISTA FAZENDÁRIO MUNICIPAL – ÁREA DO CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES: 1 Teoria das organizações. 1.1 Diferentes perspectivas no estudo das organizações. 1.2 Diferentes abordagens da Teoria Geral da Administração. 1.3 Desafios da administração pública no mundo contemporâneo. 2 Administração Pública. 2.1 Administração pública burocrática. 2.2 Administração pública gerencial 2.3 Modelos de governança para a administração pública. 3 Gestão de Processos. 3.1 Identificação e delimitação de processos de negócio. 3.2 Técnicas de modelagem de processos (Método BPM).

GESTÃO DE PESSOAS: 1 Evolução e as funções de RH. Estratégias de RH. 2 Recrutamento e seleção. 3 Avaliação de desempenho. 4 Sistemas de recompensas. 5 Gestão por competências. 6 Liderança e desenvolvimento gerencial. 7 Clima e cultura Organizacional. 8 Grupos e equipes de trabalho. 9 Cultura organizacional. 10 Qualidade de vida no trabalho. 11 Gestão de Programas de Saúde. 12 Gestão da mudança. Mudanças sociais, científicas, culturais e organizacionais. 13 O indivíduo como ator da mudança. 14 Aprendizagem organizacional e educação. 14.1 Aprendizagem individual e Aprendizagem organizacional. 14.1.1 Estratégias para gestão do autodesenvolvimento e gestão da aprendizagem organizacional. 14.2 Métodos, estratégias e tendências em treinamento, desenvolvimento e educação. 14.3 Diagnóstico de necessidades de treinamento. Elaboração e gerenciamento de projetos e programas educacionais. 14.4 Teorias de aprendizagem e desenho/projeto instrucional. 14.5 Avaliação de treinamento. 14.6 Educação à distância. 14.7 Gestão do conhecimento. 15 Liderança. 15.1 Estilos de liderança e situações de trabalho. 16 Teorias da motivação. 16.1 Comprometimento e satisfação no trabalho.

FUNDAMENTOS DE ESTRATÉGIA E PLANEJAMENTO: 1 Estratégia. 1.1 Conceitos, questões-chave e condições necessárias para seu desenvolvimento. 2 Processo Administrativo. 2.1 Funções de administrativo. 2.1.2 Planejamento, organização, direção e controle. 2.2 Processo de planejamento. Ciclo PDCA. 2.2.1 Planejamento estratégico: missão, visão e análise SWOT, matriz GUT e ferramenta 5W2H. Escolas de planejamento estratégico. Planejamento baseado em cenários. Análise competitiva e estratégias genéricas. Redes e alianças. Planejamento tático. Planejamento operacional. Administração por objetivos. Gestão por resultados. Balanced Scorecard. Processo decisório. Sistema de medição de desempenho organizacional. 2.2.2 Organização. Estrutura organizacional. Tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo. 2.2.3 Direção. Descentralização e delegação. 2.2.4 Controle. Características. Tipos, vantagens e desvantagens de cada tipo. 2.3 Planejamento organizacional. 2.4 Avaliação de desempenho institucional. 2.5 Indicadores de desempenho. 2.6 Gestão da qualidade. Qualidade total. Excelência em gestão pública. 2.7 Gestão de projeto. Elaboração, análise e avaliação de projetos. Principais características dos modelos de gestão de projetos. Projetos e suas etapas. 2.8 Benchmarking.

AUDITORIA: 1 Noções Auditoria. 2 Diferenças entre auditoria externa e interna. 3 Auditoria interna - conceito, funções, objetivos e atribuições. 4 Controle interno COSO e ISO 31.000:2018: definição, objetivos, componentes, limitações e técnicas de avaliação. 5 Gerenciamento de riscos corporativos COSO e ISO 31.000:2018: conceitos básicos, objetivos, componentes, relacionamento entre os objetivos e os componentes e técnicas de avaliação.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: 1 Noções de contabilidade pública. 1.1 Registros contábeis de operações típicas em unidades orçamentárias ou administrativas (sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação). 1.2 Inventário: material permanente e de consumo. 1.3 Período administrativo e exercício financeiro. 1.4 Regimes contábeis. 2 Planejamento e orçamento público. 2.1 Plano Plurianual (PPA). 2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2.3 Lei Orçamentária Anual (LOA). 2.4 Princípios orçamentários e ciclo orçamentário. 2.5 Receitas públicas: categorias, fontes, estágios. 2.6 Despesas públicas: categorias, estágios. 2.7 Restos a pagar. 2.8 Dívida ativa. 2.9 Despesas de exercícios anteriores. 3 Conta Única do Tesouro. 4 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações. 4.1 Princípios, conceitos, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.

OPERAÇÕES LOGÍSTICAS E DE INFRAESTRUTURA: 1 Operações logísticas. 1.1 Compras e contratações no setor público. 1.2 Licitações. 1.2.1 Conceito, objeto, finalidades e princípios. 1.2.2 Dispensa e inexigibilidade. 1.2.3 Vedações. 1.2.4 Modalidades. 1.2.5 Pregão e pregão eletrônico. 1.2.6 Sistema Registro de Preços. 1.2.7 Especificação de materiais, confecção de termo de referência e projeto básico. 1.3 Gestão de materiais. 1.4 Gestão e fiscalização de contratos da Administração Pública. 1.5 Contratação de serviços. 1.6 Gestão de almoxarifado. 1.7 Armazenagem de materiais. 1.8 Controle de estoques. 1.9 Responsabilidades do gestor. 2 Infraestrutura. 2.1 Elaboração e acompanhamento de projetos de engenharia e arquitetura. 2.2 Especificações de materiais e serviços.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 30 DE MARÇO DE 2023

(SUPLEMENTO) QUINTA-FEIRA - PÁGINA 19

2.3 Análise orçamentária: composição de custos unitários, quantificação de materiais e serviços, planilhas de orçamento: sintético e analítico, cronogramas físico e físico-financeiro, benefícios e despesas indiretas (BDI) e encargos sociais. 2.4 Programação de obras. 2.5 Fiscalização de obras (medições, reajustes, prorrogação, conformidade de faturas etc.), análise e interpretação de documentação técnica (editais, contratos, aditivos contratuais, cadernos de encargos, projetos, diário de obras etc.).

CARGO 2: ANALISTA FAZENDÁRIO MUNICIPAL – ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO, INFORMÁTICA OU PROCESSAMENTO DE DADOS

LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO: 1 Construção de algoritmos. 2 Tipos de dados simples e estruturados. 2.1 Variáveis e constantes. 2.2 Comandos de atribuição, entrada e saída. 3 Avaliação de expressões. 4 Funções pré-definidas. 5 Conceito de bloco de comandos. 6 Estruturas de controle, seleção, repetição e desvio. 7 Operadores e expressões. 8 Passagem de parâmetros; recursividade; conceitos básicos de programação estruturada e orientada a objetos; métodos de ordenação, pesquisa e hashing.

ARQUITETURA DE SOFTWARE: Arquitetura de software; Arquitetura de Aplicações; Padrão arquitetural Model-View-Controller (MVC); Sistemas de N camadas; Microserviço; Arquitetura orientada a eventos; Refatoração e Modernização de aplicações; APIs; Arquitetura Cloud Native; Padrões de design de software; Técnicas de componentização de software; Barramento de Serviços Corporativos (ESB); Interoperabilidade entre aplicações; API Gateway; Conceitos básicos sobre servidores de aplicações; Containerização de Aplicação; Frameworks de persistência de dados; Mapeamento objeto-relacional; Serviços de mensageria; Padrões: SOAP, REST, XML, XSLT, UDDI, WSDL, JSON, RMI, XML-HttpRequest; Conceitos e ferramentas de DevOps; Técnicas de Integração e Implantação Contínua de Código (CI/CD); Gerência de configuração de software (GIT); Integração contínua; Arquitetura de Sistemas WEB e WEB Standards (W3C); Arquitetura de soluções Mobile; Gestão de Ativos.

ENGENHARIA DE SOFTWARE: Conceitos e técnicas do projeto de software; Processo iterativo e incremental; Práticas ágeis de desenvolvimento de software; Desenvolvimento orientado por comportamento (BDD); Desenvolvimento guiado por testes (TDD); Desenvolvimento guiado por testes de aceitação (ATDD); Elicitação e Gerenciamento de Requisitos; Requisitos e Experiência do Usuário; Histórias do usuário; Critérios de Aceitação; Prototipação; Projeto centrado no usuário de software; Storytelling; Práticas ágeis; Minimum Viable Product (MVP); Gerenciamento de produtos com métodos ágeis: Scrum e Kanban; Testes de software (unitário, integração, funcional, aceitação, desempenho, carga, vulnerabilidade); Ferramentas para automatização de testes; análise por pontos de função (IFPUG e NESMA).

LINGUAGENS E TECNOLOGIAS DE PROGRAMAÇÃO: Características estruturais das linguagens de programação; Orientação a objetos; Threads; Escalonamento; Primitivas de sincronização e deadlocks; Tratamento de exceções; Java; Spring boot,; .Net Core; Linguagens de desenvolvimento de interfaces ricas (HTML 5, CSS 3); JavaScript; Python; Protocolo HTTP / HTTPS; Desenvolvimento para plataforma mobile Android, IOS; Ionic; Técnicas de refatoração de software; Tratamento do débito técnico; conceitos noções de criptografia simétrica e assimétrica; assinatura e certificação digital; Robot Process Automation (RPA); Low/No Code; Inteligência Artificial (IA); Machine Learning.

BANCOS DE DADOS: Arquitetura de dados; Modelagem de dados (conceitual, lógica e física); Criação e alteração dos modelos lógico e físico de dados; Abordagem relacional; Normalização das estruturas de dados; Integridade referencial; Metadados; Modelagem dimensional; Avaliação de modelos de dados; Técnicas de engenharia reversa para criação e atualização de modelos de dados; Linguagem de consulta estruturada (SQL); Linguagem de definição de dados (DDL); Linguagem de manipulação de dados (DML); Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD); Propriedades de banco de dados: atomicidade, consistência, isolamento e durabilidade; Independência de dados; Transações de bancos de dados; Melhoria de performance de banco de dados; Bancos de dados NoSQL; Integração dos dados (ETL, Transferência de Arquivos e Integração via Base de Dados); Qualidade de dados e gestão de dados mestres e de referência; Data Lakes e Soluções para Big Data; Construção de relatórios e dashboards interativos em ferramentas de BI; self BI; governança de dados; Governança de dados utilizando metodologia do DAMA-DMBoK (Data Management Body of Knowledge); Noções de administração de SGBD: IBM DB2 e MS SQL Server e PostgreSQL.

COMPUTAÇÃO EM NUVEM: Conceitos de computação em nuvem: conceitos básicos; tipologia (IaaS, PaaS, SaaS); modelo: privada, pública, híbrida; benefícios, alta disponibilidade, escalabilidade, elasticidade, agilidade, recuperação de desastres; Componentes centrais da arquitetura em nuvem: distribuição geográfica, regiões, zonas de disponibilidade, subscritções, grupos de gestão, recursos; Características gerais de identidade, privacidade, conformidade e segurança na nuvem; Infrastructure as Code (IaC); Automação.

CARGO 3: ANALISTA FAZENDÁRIO MUNICIPAL – ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS ECONÔMICAS / FINANÇAS

MICROECONOMIA: 1 Teoria do Consumidor, Pressupostos e Determinação da Demanda do Consumidor. Elasticidade da Demanda. Efeito Renda e Efeito Substituição. 2 Teoria da Firma. Pressupostos e Determinação da Curva de Oferta. Lei dos rendimentos marginais decrescentes e rendimentos de escala. 3 Teoria dos Custos. Custos de produção nos curto e longo prazos. Custos totais, médios e marginais, fixos e variáveis. O Break-even Point. 4 Equilíbrio de Mercado. Análise de Intervenções Governamentais no Equilíbrio de Mercado. Impostos, Subsídios, Congelamento de Preços. O conceito de Peso Morto. 5 Estruturas de Mercado: Concorrência perfeita, monopólio e oligopólio. O conceito de ótimo de Pareto. Medidas de Competitividade e concentração de mercado.

MACROECONOMIA: 1 Principais agregados macroeconômicos. 1.1 Identidades macroeconômicas básicas. 1.2 Sistema de contas nacionais. 1.3 Contas nacionais no Brasil. 1.4 Conceitos de déficit e dívida pública. 1.5 Balanço de pagamentos. 2 Crescimento Econômico. Modelo IS-LM-BP. Modelo de Solow. 3 Agregados monetários. 4 Instrumentos de Política fiscal e monetária. 5 Relações entre inflação, juros e o resultado fiscal. Curva de Philips. 6 Comércio exterior. 6.1 Câmbio, tarifas, subsídios, cotas. 6.2 Fluxos financeiros internacionais e mercados de capitais.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO: 1 O Estado e as funções econômicas governamentais. 2 As necessidades públicas e as formas de atuação dos governos. 3 Estado regulador e produtor. 4 Políticas fiscal e monetária. 4.1 Outras políticas econômicas. 5 Evolução da participação do setor público na atividade econômica. 6 Contabilidade fiscal. 6.1 NFSP. 6.2 Resultados nominal, operacional e primário. 6.3 Dívida pública. 7 Sustentabilidade do endividamento público. 8 Financiamento do déficit público a partir dos anos 80 do século XX. 9 Inflação e crescimento.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 30 DE MARÇO DE 2023

(SUPLEMENTO) QUINTA-FEIRA - PÁGINA 20

ECONOMIA BRASILEIRA E ECONOMIA URBANA E REGIONAL: I ECONOMIA BRASILEIRA 1 Aspectos gerais do comportamento recente da economia brasileira e das políticas econômicas adotadas pelos últimos governos. 2 Pacto federativo e a economia municipal. Mudanças estruturais da economia brasileira a partir da aceleração dos processos de industrialização e urbanização. 3 Os planos de desenvolvimento mais importantes desde a segunda metade do século XX. 4 As principais características e os resultados dos planos de estabilização a partir da década de 80 do século XX. 5 Indicadores do desenvolvimento econômico e social dos municípios na atualidade. 6 Desigualdades pessoais e espaciais de renda e de riqueza. 7 Perfil demográfico brasileiro. 8 Estrutura tributária brasileira. 9 O mercado de trabalho e as condições de emprego e renda. 10 Estrutura orçamentária e a evolução do déficit e da dívida pública brasileira. 11. A previdência social e suas perspectivas. II ECONOMIA URBANA E REGIONAL. 1 Modelo clássico de equilíbrio urbano. 2 Teoria da renda e uso da terra. 3 Decisão de localização. 4 Teoria moderna da localização da empresa. 5 Localização do consumidor. 6 Por que existem cidades. 7 Cidades monocêntricas e policêntricas. 8 Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações para a política econômica no Brasil. 9 Políticas públicas urbanas.

ECONOMIA COMPORTAMENTAL: 1 Base conceitual: escolha racional; teoria da perspectiva; teoria do sistema dual; dimensões social e temporal. 2 Ferramentas e metodologias experimentais. 3 Economia comportamental e economia do desenvolvimento.

MÉTODOS QUANTITATIVOS EM ECONOMIA: 1 Estatística Descritiva, medidas de tendência central, não central e de dispersão. 2 Inferência estatística aplicada: variável aleatória, modelagem, distribuição. 3 Estimação e Testes de Hipóteses. 4 Econometria. 4.1 Análise de regressão simples e múltipla. 4.2 Análise de regressão com dados de séries temporais. 4.2.1 Processos estocásticos; testes de estacionariedade; teste de raiz unitária; cointegração. 4.2.2 Previsão: metodologia Box-Jenkins, estimação dos modelos ARIMA, vetores autorregressivos (VAR), ARCH e GARCH. 4.3 Modelos de regressão de resposta qualitativa. 4.3.1. Modelo logit. 4.3.2 Modelo probit. 4.4 Modelos de regressão não linear. 4.5 Modelos de regressão com dados em painel.

FINANÇAS CORPORATIVAS: 1 Características de operações e instrumentos do mercado financeiro e de capitais. 1.1 Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. 1.2 Títulos de dívida privada. 1.3 Securitização. 1.4 Operações compromissadas. 1.5 Depósito a prazo e depósito interfinanceiro ou interbancário. 1.6 Ações. 1.7 Fundos de investimento. 1.8 Contratos futuros, a termo, swaps e de opções. 1.9 Derivativos de crédito. 2 Eficiência de Mercado. 2.1 Tipos de eficiência. 2.2 Propriedades dos mercados e dos agentes financeiros. 2.3 Estratégias de investimento. 3 Teoria de Carteiras. 3.1 Risco e retorno. 3.2 Seleção de investimentos por média-variância. 3.3 Diversificação do risco. 3.4 Fronteira eficiente. 3.5 Funções de utilidade e aversão ao risco. 3.6 Ativo livre de risco. 3.7 Custos de transações. 4 Apreçamento de ativos. 4.1 Modelo CAPM e suas extensões. 4.2 Teoria de Apreçamento por Arbitragem (APT). 5 Estrutura a termo de taxas de juros. 5.1 Principais teorias. 5.2 Taxas à vista e a termo. 5.3 Movimentos nas curvas de juros. 6 Renda fixa. 6.1 Apreçamento de instrumentos de renda fixa. 6.2 Gestão de carteiras de renda fixa. 6.3 Duration e convexidade. 7 Opções. 7.1 Estratégias de opções. 7.2. Modelo de BlackScholes-Merton. 8 Risco. 8.1 Medidas de volatilidade. 8.2. VaR. 8.3 Premissas do modelo VaR. 8.4 Testes de estresse e de cenários. 9 Administração financeira. 9.1 Análise e avaliação econômico-financeira. 9.2 Fluxo de caixa. 9.3 Métodos: valor atual ou valor presente, valor presente líquido, relação custo/benefício, taxa interna de retorno e payback nominal e descontado.

FINANÇAS PÚBLICAS: 1 Finanças Públicas. 1.1 Políticas Públicas e seus Instrumentos. 1.2 Planejamento Governamental. 1.3 Sistemas e processos orçamentários. 1.4 Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 1.5 Planos nacionais, regionais e setoriais. 1.6 A evolução do planejamento no Brasil. 1.7 A prática brasileira do orçamento-programa. 1.8 Legislação sobre responsabilidade fiscal. 1.9 Classificações orçamentárias da receita e da despesa pública: utilização, origens, fundamentação econômica. 2 Execução Orçamentária e financeira do setor público. 2.1 Programação orçamentária. 2.2 Programação financeira. 2.3 Parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal. 3 Administração financeira. 3.1 Análise e avaliação financeira e econômica. 3.2 Fluxo de caixa. 3.3 Métodos do valor atual e da taxa interna de retorno. 3.4 Tipos de séries: postecipada e antecipada. 3.5 Cálculo de valor futuro, valor atual/presente, taxa e prazo. 3.6 Nota fiscal de serviço eletrônica: conceito, objetivos, obrigatoriedade de emissão e benefícios. 4 Tributos. 4.1 Princípios constitucionais tributários. 4.2 Tributo: conceito e classificação. 4.3 Impostos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 4.4 Obrigações tributárias principal e acessória. 4.5 Fato gerador da obrigação tributária. 4.6 Domicílio tributário. 4.7 Crédito tributário: conceito e constituição.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: 1 Conceitos e definições. 2 Escolha do método de avaliação. 3 Inferência causal e contrafactualis. 4 Seleção aleatória. 5 Variáveis instrumentais. 6 Método de regressão descontínua. 7 Diferença em diferenças. 8 Pareamento. 9 Gerenciamento da avaliação de impacto. 10 Ética das avaliações de impacto. 11 Disseminação dos resultados.

CARGO 4: ANALISTA FAZENDÁRIO MUNICIPAL – ÁREA DO CONHECIMENTO: CONTABILIDADE

CONTABILIDADE GERAL: 1 Estrutura Conceitual da Contabilidade. 2 Disponibilidades. 2.1 Caixa. 2.2 Equivalente Caixa. 3 Contas a receber. 4 Estoques. 5. Ativos especiais e Despesas Antecipadas. 6 Ativo não Circulante. 6.1 Realizável a longo Prazo. 7 Mensuração do Valor Justo. 8 Investimento em outras sociedades e em propriedade para investimento. 9 Ativo Imobilizado. 10 Ativo Intangíveis. 11 Passivo Exigível. 12 Fornecedores. 12.1 Obrigações fiscais e outras obrigações. 13 Empréstimos e financiamentos. 14 Provisões. 14.1 Passivos contingentes. 14.2 Ativos contingentes. 15 Patrimônio Líquido. 16 Combinação de negócios. 17 Concessões. 18 Políticas contábeis. 18.1 Mudança de estimativa. 18.2 Retificação de erro e evento subsequente. 19 Demonstrações Contábeis. 19.1 Balanço patrimonial. 19.2 Demonstração de Resultado do Exercício. 19.3 Demonstração do Resultado Abrangente. 19.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 19.5 Demonstração do Fluxo de Caixa. 19.6 Demonstração do Valor Adicionado. 19.7 Notas Explicativas. 20. Legislação Societária Atualizada.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (CASP): 1 NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. 1.1 Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG): objetivos e usuários; prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão; a continuidade das entidades do setor público; situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa; Regime de Competência e Regime de Caixa. 1.2 Características qualitativas da informação: características qualitativas fundamentais; características qualitativas de melhoria. 1.3 Características da entidade que reporta a informação contábil. 1.4 Elementos das Demonstrações Contábeis: propósito e definições de ativos e passivos, receitas e despesas; superávit ou déficit do exercício. 1.5 Reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis: evidenciação, reconhecimento e desreconhecimento; bases de mensuração para ativos e passivo. 2 Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público. 2.1 Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: Lei 4.320/1964; NBC T SP 11; MCASP. 3 Plano de

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 30 DE MARÇO DE 2023

(SUPLEMENTO) QUINTA-FEIRA - PÁGINA 21

Contas aplicado ao Setor Público. 3.1 Conceito de contas patrimoniais e de resultado. 3.2 Função e estrutura das contas. 3.3 Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas. 4 Lei Complementar nº 101/2000. 4.1 Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas. 4.2 Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição. 4.3 Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição. 5 Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público. 5.1 Procedimentos Contábeis Orçamentários (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial conforme MCASP, 9ª edição). 5.2 Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme MCASP, 9ª edição. 5.3 Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei nº 4.320/1964 e MCASP). 5.4 Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13). 5.5 Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS). 5.6 Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público. 5.7 Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018. 7 Trabalho de asseguarção (NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguarção).

FINANÇAS PÚBLICAS: 1- Os princípios teóricos da tributação. 2 Impostos, tarifas, contribuições fiscais e parafiscais: definições. 3 Tipos de impostos, progressivos, regressivos, proporcionais. Diretos e indiretos. 4 Impacto sobre o consumidor e a indústria e a prestação de serviços de cada tipo de imposto. 5 Carga fiscal. Progressiva. Regressiva. Neutra. Carga Fiscal Ótima. 6 Efeitos da ausência ou do excesso de cobrança de impostos. A curva reversa. O efeito de curto, médio e longo prazos da inflação e do crescimento econômico sobre a distribuição da carga fiscal. 7 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). 7.1 Os mecanismos de planejamento no contexto da LRF. 7.2 Controle do gasto e a LRF – Pessoal, terceirização e dívida. 7.3 Transparência e responsabilização. 7.4 Crimes contra a Administração Pública. 7.5 Ajuste Fiscal. 7.5.1 Contas públicas. 7.5.2 Déficit público. 7.5.3 Resultado primário. 7.5.4 Resultado nominal. 7.5.5 Resultado operacional. 7.5.6 Necessidade de financiamento do setor público. 8 Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 9 Relatório da Gestão Fiscal.

ORÇAMENTO PÚBLICO: 1 Princípios Orçamentários. 1.1 Plano Plurianual. 1.2 Lei de Diretrizes Orçamentária. 1.2 Lei Orçamentária Anual. 2 Classificação da receita e da despesa orçamentária brasileira. 3 Execução da receita e da despesa orçamentária. 4 Estrutura programática adotada no setor público. 5 Lei de responsabilidade Fiscal. 5.1 Princípios. 5.2 Objetivos. 5.3 Efeitos no planejamento e no processo orçamentário. 5.4 Regra de Ouro. 5.5 Limites para despesa.

CARGO 5: ANALISTA FAZENDÁRIO MUNICIPAL – ÁREA DO CONHECIMENTO: DIREITO

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Lei nº 6.794/1990 e suas alterações (Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza): provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar. 2 Administração Pública: princípios básicos. 3 Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder. 4 Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação. 5 Organização Administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista. 6 Lei nº 11.107/2005 e suas alterações (Consórcios públicos). 7 Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação. 8 Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos. 9 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. 10 Responsabilidade extracontratual do Estado. 11 Bens públicos. 11.1 Conceito. 11.2 Classificação. 11.3 Características. 11.4 Espécies. 11.5 Afetação e desafetação. 11.6 Aquisição e alienação. 11.7 Uso dos bens públicos por particular. 12. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade administrativa). 13 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações (Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública). 14 Lei 14.133/2021. 15 Aquisições públicas no âmbito municipal (Decreto Municipal nº 13.659/2015; Decreto Municipal nº 13.375/2016, alterado pelo Decreto Municipal nº 14.938/2019). 16 Convênios administrativos. 15 Estatuto Jurídico das Estatais (Lei nº 13.303/2016). 17 Lei nº 13.019/2014 e suas alterações (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)). 18 Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). 19 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Teoria Geral do Estado. 2 Teoria geral da Constituição. 2.1 Conceito. 2.2 Origens. 2.3 Conteúdo. 2.4 Estrutura. 2.5 Classificação. 3 Supremacia da Constituição. 4 Tipos de Constituição. 5 Poder constituinte. 6 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 6.1 Princípios fundamentais. 6.2 Direitos e garantias fundamentais. 6.2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos. 7 Da organização do Estado. 7.1 Da organização político-administrativa. 7.1.1. Da União. 7.1.2. Dos Estados federados. 7.1.3. Dos municípios. 7.2. Da Administração Pública. 7.2.1. Dos servidores públicos civis. 8. Da organização dos Poderes. 8.1. Do Poder Legislativo. 8.1.1. Estrutura. 8.1.2. Funcionamento e atribuições. 8.1.3. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 8.1.3.1. Controle externo e os sistemas de controle interno. 8.1.3.2. Tribunal de Contas da União. 8.2. Poder Executivo. 8.2.1. Do presidente e do vice-presidente da República. 8.2.2. Das atribuições do Presidente da República. 8.2.3. Da responsabilidade do Presidente da República. 8.2.4. Dos Ministros de Estado. 8.3. Do Poder Judiciário. 8.3.1. Das disposições gerais. 8.3.2. Órgãos do Poder Judiciário. 8.4 Das funções essenciais à justiça. 8.4.1 Do Ministério Público. 8.4.2 Da advocacia pública. 8.4.3 Da advocacia. 8.4.4 Da defensoria pública. 8.5 Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 9. Da tributação e do orçamento. 9.1 Dos princípios gerais. 9.2 Das limitações do poder de tributar. 9.3 Impostos da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios. 9.4 Da repartição das receitas tributárias. 9.5 Finanças Públicas. 9.5.1 Normas gerais. 9.5.2 Dos orçamentos. 10 Da ordem econômica e financeira. 11 Da ordem social. 12 Das disposições gerais e das disposições constitucionais transitórias.

DIREITO CIVIL: 1 Lei. Eficácia da lei. Aplicação da lei no tempo e no espaço. Interpretação da lei. Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro. Das Pessoas Naturais: Da Personalidade e Da Capacidade. Dos Direitos da Personalidade. Das pessoas jurídicas. Domicílio Civil. Bens. Dos Fatos Jurídicos: Dos negócios jurídicos; Dos atos jurídicos lícitos. Dos Atos Ilícitos. Prescrição e decadência. Do Direito das Obrigações. Dos Contratos: Das Disposições Gerais; Da Compra e Venda; Da Prestação de Serviço; Do Mandato; Da Transação. Empreitada. Da Responsabilidade Civil.

DIREITO URBANÍSTICO E IMOBILIÁRIO: I DIREITO URBANÍSTICO. 1 Constituição Federal. 1.1 Ordenamento Territorial. 1.2 Competências Urbanísticas. 1.3 Normas gerais. 1.4 Município. 1.5 Política Urbana. Plano diretor. Função social da propriedade urbana. 1.6 Regiões Metropolitanas. Aglomerados Urbanos. 2 Direito Urbanístico. Direito à Cidade. Função social da cidade 2.1 Autonomia científica. 2.2 Princípios. 2.3 Direito de construir e Direito de Propriedade. 2.4 Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. 2.5 Poder de polícia urbanístico. 2.6 Ordenação: zoneamento de uso do solo, solo criado. Uso e ocupação solo urbano. 2.7 Licenças urbanísticas. 2.8 Responsabilidade administrativa. Infrações e Sanções administrativas. 2.9 Responsabilidade civil e penal. 3 Direito à moradia. 3.1 Regularização Fundiária de Interesse Social. Lei nº 11.977/2009; Lei nº

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 30 DE MARÇO DE 2023

(SUPLEMENTO) QUINTA-FEIRA - PÁGINA 22

12.424/2001; Medida Provisória nº 2.220/2001. 3. 2 Direito registral imobiliário. 4 Parcelamento do solo urbano. 4.1 Lei nº 6.766/1979. 4.2 Regularização fundiária urbanística. 4.3 Área de Preservação Permanente □ APP urbana. 5 Estatuto da Cidade. 5.1 Norma geral. 5.2 Objetivos. 5.3 Diretrizes. 5.4 Instrumentos e o estudo de impacto de vizinhança. 5.5 Gestão Democrática das Cidades. 5.6 Normas gerais para a elaboração do Plano Diretor. 5.7 Disposições Gerais. 5.8 Lei Complementar nº 062 e suas alterações (Plano Diretor de Fortaleza de 2009). 6 Concessão urbanística. 6.1 Conceito. 6.2 Natureza jurídica. 6.3 Disciplina. 7 Desapropriação. 7.1 Conceito. 7.2 Aplicações. 7.3 Justa indenização. 7.4 Recuperação das mais valias urbanísticas. 7.5 Processo. Procedimento. Judicial e administrativo. 7.6 Desapropriação indireta. 8 Proteção do Patrimônio Cultural. 8.1 Instrumentos de tutela de bens culturais materiais e imateriais. 8.2 Competências. 8.3 Tombamento. 8.4 Registro. 8.5 Desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural. 8.6 Função social da propriedade pública. 9 Tutela da Ordem Jurídico □ Urbanística. 9.1 Ação civil pública. 9.2 Ação popular. 9.3 Ações reais. 9.4 Ações possessórias. 9.5 Mecanismos extrajudiciais de conflito. 9.6 Termo de Compromisso. 9.7 Termo de Ajustamento de Conduta. 9.8 Audiências públicas. 10 Servidão urbanística. 11 Espaços não edificáveis. 12 Ordenação urbanística para fins turísticos. II DIREITO IMOBILIÁRIO. 1 Princípios do direito imobiliário. 2 Escritura Pública. 2.1. Lei 7.433/1985 (Lavatura de Escritura Pública) e suas alterações. 3 Registro de imóveis. 3.1 Títulos apresentados para registro. 3.2 instrumentos particulares levados a registro. 3.3 Atos registrais. 3.4 Lei n. 6.015/1973 (Lei dos Registros Públicos) e suas alterações. 4 Incorporação imobiliária. 5. Loteamentos. 6. Alienação fiduciária de bem imóvel.

DIREITO EMPRESARIAL: 1 O estabelecimento: conceito e natureza, fundo de comércio e sucessão comercial. 2 Nome empresarial: natureza e espécies. 3 Registro de empresas. 4 O Empresário: requisitos necessários, impedimentos, direitos e deveres em face da legislação vigente. 5 Livros comerciais obrigatórios auxiliares: espécies e requisitos e valor probante dos livros comerciais. 6 Responsabilidade dos Sócios e Administradores. Doutrina da desconsideração da personalidade jurídica. 7 Sociedades Empresárias: classificação, características, distinções: sociedades não personificadas, sociedade comum e em conta de participação; sociedades personificadas, sociedade simples, em nome coletivo, em comandita simples, limitadas, anônima, em comandita por ações, cooperativa e coligadas – liquidação, transformação, incorporação, fusão e da cisão. 8 Falência. Lei nº 11.101/2005 e suas alterações (Recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Jurisdição: conceito, modalidade, poderes, princípios, órgãos, formas e limites da jurisdição civil. 2 Ação: conceito, natureza jurídica, condições, classificação. 3 Competência: conceito; competência funcional e territorial; competência internacional; modificações de competência e conflito; conexão e continência. 4 Processo e procedimento: natureza e princípios, formação, suspensão e extinção. 5 Pressupostos processuais; tipos de procedimentos. 6 Prazos: conceito, classificação, princípios, contagem, preclusão, prescrição. 7 Sujeitos do processo: das partes e dos procuradores; litisconsórcio; capacidade de ser parte e estar em juízo; legitimação ordinária e extraordinária; substituição processual. 8 Intervenção de terceiros; oposição; nomeação à autoria; denunciação da lide; chamamento ao processo; da assistência. 9 Dos atos processuais. 10 Petição inicial: conceito e requisitos; pedidos: espécies, modificação, cumulação. Causa de pedir. 11 Citação. 12 Resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção; revelia. 13 Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Antecipação de tutela. Tutela de específica. 14 Da coisa julgada: conceito; limites objetivos e subjetivos; coisa formal e coisa julgada material. 15 Recursos: conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito; espécies: apelação, agravo, embargos infringentes, divergência e de declaração, recurso especial e extraordinário, recursos nos tribunais superiores. 16 Processos de execução: pressupostos e princípios informativos. 17 Espécies de execução. 18 Embargos do devedor: natureza jurídica, legitimidade e procedimento. 19 Processos e ação cautelares. 20 Mandado de segurança individual e coletivo. 21 Suspensão de Segurança, de liminar e antecipação de tutela.

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO: 1 O Estado e o Poder de tributar. 2 Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. 3 Norma tributária. Espécies. Vigência e aplicação. Interpretação e integração. Natureza. 4 Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipóteses de incidência); sujeito ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 5 Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão. Extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição do indébito. 6 Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. 7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8 Administração Tributária e Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões negativas. 9 Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos da União. Impostos dos Estados e do Distrito Federal. Impostos dos Municípios. Repartição das receitas tributárias. 10 Lei Complementar nº 123/2016 e suas alterações (Estatuto Nacional da ME e EPP). 11 Processo Judicial Tributário. Ações do Fisco contra o contribuinte. Ação de Execução Fiscal. Medida Cautelar Fiscal. Ações do contribuinte contra o Fisco. Ação declaratória. Ação Anulatória. Ação de repetição de indébito. Ação de consignação em pagamento. Mandado de Segurança. 12 Lei Complementar nº 159/2013 e suas alterações (Código Tributário do Município de Fortaleza); Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015, suplemento do Diário Oficial do Município nº 15.674 de 22 de dezembro de 2015. 13 Lei Complementar nº 305 /2021 (Contencioso Administrativo Tributário da Secretaria das Finanças de Fortaleza - CAT); Provimento CAT nº 01/2021.

DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO: 1 Finanças públicas na Constituição de 1988. 2 Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Lei nº 4.320/1964 e suas alterações (Normas gerais de direito financeiro). Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. 3 Despesa pública. Conceito e classificação. Princípio da legalidade. Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Disciplina constitucional e legal dos precatórios. Lei de Responsabilidade Fiscal. 4 Receita pública. Conceito. Ingressos e receitas. Classificação: receitas originárias e receitas derivadas. Preço público e sua distinção com a taxa. 5 Dívida da União de natureza tributária e não tributária. 6 Crédito público. Conceito. Empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão. Dívida pública: conceito, disciplina constitucional, classificação e extinção. 7 Ordem constitucional econômica: princípios gerais da atividade econômica. 8 Intervenção do Estado no domínio econômico. Liberalismo e intervencionismo. Modalidades de intervenção no direito positivo brasileiro. 9 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DIREITO PENAL: 1 Dos Crimes contra a Administração Pública. 2 Dos Crimes contra a Ordem Tributária (Lei nº 8.137/1990 e suas alterações). 3 Dos Crimes de colarinho Branco (Lei nº 7.492/1986). 4 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).

CARGO 6: ANALISTA FAZENDÁRIO MUNICIPAL – ÁREA DO CONHECIMENTO: ENGENHARIA CIVIL

CARACTERIZAÇÃO E POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: 1 Aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais do Município de Fortaleza. 1.1 Localização, área, população e divisão política e administrativa. 2 Legislação federal aplicável.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 30 DE MARÇO DE 2023

(SUPLEMENTO) QUINTA-FEIRA - PÁGINA 23

2.1 Constituição Federal de 1988. 2.1.1 Municípios: arts. 29 a 31. 2.1.2 Política urbana: arts. 182 e 183. 2.2 Lei nº 10.257/2001 e suas alterações (Estatuto da Cidade). 2.3 Lei nº 6.766/1979 e suas alterações (Parcelamento do Solo Urbano). 2.4 Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998 e suas alterações). 2.5 Legislação aplicável à contratação de obras e serviços de engenharia. Lei 14.133/2021. 2.6 Portaria 3.242/2022 do Ministério do Desenvolvimento Regional. 2.7 Noções de legislação ambiental. 2.7.1 Resolução CONAMA nº 237/1997: licenciamento ambiental (licença prévia, licença de instalação, licença de operação). 2.7.2 Resolução CONAMA nº 001/1986: estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. 3 Legislação municipal aplicável. 3.1 Lei Orgânica do Município de Fortaleza. 3.2 Lei Complementar Municipal nº 62/2009 (Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza) e suas alterações posteriores. 3.3 Lei Complementar Municipal nº 236/2017 (Parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de Fortaleza). 3.4 Lei Complementar nº 159/2013 (Código Tributário Municipal de Fortaleza) e suas alterações. 3.4.1 Dos Cadastros Tributários. 3.4.2 Do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). 3.4.3 Do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso inter vivos (ITBI). 3.4.4 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). 3.4.5 Da Contribuição de Melhoria. 4. Taxa do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU). 4.1 Lei 11.323/2022. 4.2 Lei 11.337/2023.

OBRAS DE EDIFICAÇÕES: 1 Projetos e especificações de materiais e serviços. 2 Análise orçamentária: composição de custos unitários, quantificação de materiais e serviços, planilhas de orçamento: sintético e analítico, curva ABC: de serviços e de insumos, cronogramas físico e físico-financeiro, benefícios e despesas indiretas (BDI), encargos sociais. 3 Programação de obras. 4 Acompanhamento de obras: apropriação de serviços. 5 Noções sobre gestão na produção de edificações, incluindo gestão de projeto, materiais, execução, uso e manutenção. 6 Patologias em edificações.

CADASTRO, ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS: 1 Normas da relativas a cadastro 1.1 ABNT NBR 14166:1988 – Rede de Referência Cadastral Municipal – Procedimento. 1.2 ABNT NBR 17047:2022 - Levantamento cadastral territorial para registro público — Procedimento. 2 Procedimentos Gerais da Avaliação de bens (ABNT NBR 14653-1:2019). 2.1 Princípios gerais da avaliação de bens 2.2 Valor de mercado e particularidades do mercado imobiliário. 2.3 Conceitos, termos e definições 2.4 Classificação dos bens, frutos e direitos 2.5 Atividades básicas. 2.6 Metodologia aplicável. 2.6.1 Métodos para identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos. 2.6.2 Métodos para identificar o custo de um bem. 2.6.3 Métodos para identificar indicadores de viabilidade da utilização econômica de um empreendimento. 2.7 Especificação das avaliações. 2.8 Apresentação do laudo de avaliação. 2.9 Desapropriações. 3 Avaliação de Imóveis Urbanos (ABNT NBR 14653-2:2011). 3.1 Termos e definições. 3.2 Classificação dos imóveis urbanos. 3.3 Procedimentos de excelência. 3.4 Atividades básicas. 3.5 Procedimentos metodológicos. 3.5.1 Procedimentos gerais. 3.5.2 Métodos para identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos. 3.5.2.1 Método comparativo direto de dados de mercado. 3.5.2.2 Método involutivo. 3.5.2.3 Método da renda. 3.5.2.4 Método evolutivo. 3.5.3 Métodos para identificar o custo de um imóvel. 3.5.3.1 Método da quantificação do custo. 3.5.3.2 Método comparativo direto de custo. 3.6 Especificação das avaliações. 3.7 Apresentação do laudo de avaliação. 3.8 Procedimentos específicos. 3.8.1 Desapropriações. 3.8.2 Servidões. 3.8.3 Glebas Urbanizáveis. 3.8.4 Avaliação de Aluguéis. 3.8.5 Liquidação Forçada. 3.9 Procedimentos para a utilização de modelos de regressão linear. 3.10 Procedimentos para a utilização de tratamento por fatores. 3.11 Recomendações para tratamento de dados por regressão espacial. 3.12 Recomendações para tratamento de dados por redes neurais artificiais. 4 Métodos estatísticos aplicados à avaliação de imóveis. 4.1 Metodologia científica. 4.1.1 Conhecimento do objeto da pesquisa. 4.1.2 Preparação da pesquisa. 4.1.3 Trabalho de campo. 4.1.4 Processamento e análise de dados. 4.1.5 Interpretação e explicação dos resultados. 4.1.6 Elaboração do laudo avaliatório. 4.2 Inferência estatística aplicada. 4.2.1 Distribuições de frequência de probabilidade. 4.2.2 Estimadores de tendência central e de dispersão. 4.2.3 Distribuição de probabilidade. 4.2.4 Intervalos de confiança. 4.2.5 Testes de hipóteses. 4.2.6 Propriedades dos estimadores. 4.3 Tratamento científico por modelos de regressão linear múltipla. 4.3.1 Escolha de Variáveis Explicativas e Explicada. 4.3.2 Codificação de Variáveis Qualitativas (Dummies, Proxies, Booleanas, Categóricas). 4.3.3 Análise exploratória de dados. 4.3.4 Análises de tendências. 4.3.5 Especificação de modelos. 4.3.6 Estimação dos parâmetros. 4.3.7 Variância do modelo e dos parâmetros. 4.3.8 Testes de significância dos parâmetros e do modelo. 4.3.9 Análise de resíduos. 4.3.10 Verificação dos pressupostos básicos (linearidade, homocedasticidade, normalidade, não multicolinearidade e não autocorrelação serial e espacial). 4.3.11 Modelos via transformações (modelo exponencial, potencial, hiperbólico). 4.3.12 Escolha, interpretação e discussão de modelos. 5 Avaliação de construções e depreciação. 5.1 Tabela de Ross Heidecke. 5.2 Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). 5.3 Custo Unitário Básico da construção civil (CUB) - Sinduscon/CE. 6 Avaliação de Glebas Urbanizáveis. 7 Demais Normas da ABNT de avaliação de bens. 7.1 5.5.3 ABNT NBR 14653-4 - Avaliação de bens - Parte 4: Empreendimentos. 7.2 5.5.4 ABNT NBR 14653-7:2009 – Avaliação de bens – Parte 7: Patrimônios históricos. 8 Avaliação em massa para fins fiscais. 8.1 Etapas do processo. 8.2 Desenvolvimento da Planta Genérica de Valores (PGV). 8.3 Cadastro imobiliário e atributos na formação do valor de mercado. 8.4 Fontes de dados de Preços e Observatório do Mercado Imobiliário. 8.5 Validação dos trabalhos de avaliação. 8.6 Atualização dos valores entre intervalos de avaliações genéricas. 8.7 Requisitos legais e jurisprudenciais de atualização da PGV. 9 Matemática financeira aplicada à avaliação de imóveis. 10 Perícia. 10.1 Perícia em sinistros e vícios de construção. 10.2 Perícia judicial.

ESTATÍSTICA BÁSICA: 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados. 1.1 Gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. 3 Técnicas de amostragem. 3.1 Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. 4 Correlação e regressão. 5 Intervalos de confiança. 5.1 Testes de hipóteses para médias e proporções unilaterais (unicaudal) e bilaterais (bicaudal). 6 Análise de variância (ANOVA).

INFORMÁTICA: 1 Informática aplicada à engenharia. 1.1 Excel avançado. 1.2 Software livre R e RStudio. 1.2.1 Importação de dados. 1.2.2 Manipulação de vetores, dataframes e matrizes. 1.2.3. Regressão linear multivariada com o R. 1.3 Software livre QGIS.

CARGO 7: ANALISTA FAZENDÁRIO MUNICIPAL – ÁREA DO CONHECIMENTO: GEOGRAFIA

GEOGRAFIA: 1 Cartografia. 1.1 Histórico e propósitos da cartografia. 1.2 Projeções cartográficas. 1.3 Escala, aplicações e seus tipos de representação. 1.4 Sistemas de referência de coordenadas (SRC). 1.4.1 Sistema de coordenadas planas e geográficas. 1.4.2 Datum. 1.4.3 Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM). 1.4.4 Fator de escala (K). 1.5 Mapeamento sistemático brasileiro. 1.6 Conteúdo e simbologia de cartas topográficas. 1.7 Cotas altimétricas e curvas de nível. 1.8 Perfis topográficos. 1.9 Cálculo de declividades. 1.10 Delimitação de bacias hidrográficas. 1.11 Separação de unidades do relevo. 1.12 Modelos digitais de elevação. 1.13 Hidrografia. 1.14 Toponímia. 1.15 Fundamentos da cartografia temática. 1.16 Representação gráfica. 1.17 A construção do mapa temático. 1.18 Métodos de representação (qualitativas, ordenadas, quantitativas e dinâmicas). 2 Geomorfologia 2.1 Geomorfologia em área urbana. 2.2 Geomorfologia aplicada ao planejamento ambiental. 3 Geografia econômica. 3.1 Teoria econômica. 3.2 A economia,

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 30 DE MARÇO DE 2023

(SUPLEMENTO) QUINTA-FEIRA - PÁGINA 24

o Estado e a sociedade. 3.3 Teorias do crescimento econômico. 3.4 Teorias de localização espacial. 6 Noções de geografia política. 7 Noções de planejamento territorial.

GEOTECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG): 1 Conceitos e definições. 2 Principais componentes. 3 Representação geográfica e modelagem de dados geográficos. 3.1 Modelo de dados matricial (raster). 3.2 Modelo de dados vetorial. 3.2.1 feições simples. 3.2.2 feições topológicas. 3.3 Modelos de dados de rede. 3.4 Modelo de dados de objeto. 3.5 Modelos digitais de terreno (MDT). 3.6 Modelos digitais de superfície (MDS). 4 Estrutura do sistema de posicionamento global e de navegação por satélite. 4.1 Segmento espacial. 4.2 Segmento de controle. 4.3 Segmento de usuário. 4.4 Técnicas de posicionamento. 4.5 Métodos de posicionamento. 4.6 Arquitetura de receptores. 4.7 Tipos de equipamentos. 4.8 Aplicações. 5 Análise de dados espaciais. 5.1 Modelagem conceitual de dados espaciais. 5.2 Análise de autocorrelação espacial. 5.3 Procedimentos de análise na localização espacial. 5.3.1 Armazenamento e recuperação de dados em tabela de atributos. 5.3.2 Operações de junção espacial. 5.3.3 Representação geométrica de ponto-em-polígono. 5.3.4 Método e análise de sobreposição de polígonos. 5.3.5 Relações espaciais topológicas. 5.4 Análise de mapas de distâncias. 5.4.1 Medição de distância e comprimento. 5.4.2 Faixas de distância. 5.4.3 Agrupamento de dados. 5.4.4 Dependência de distância espacial. 5.4.5 Densidade. 5.4.6 Polígonos de Voronoi e o método da Ponderação pelo Inverso da Distância (IDW). 5.5 Noções de Geoestatística. 5.5.1 Variografia. 5.5.2 Krigagem ordinária. 6 Sensoriamento remoto. 6.1 Sistemas de imageamento: conceitos de pixel, resolução espacial, temporal e radiométrica. 6.2 Imageamento por radar, polarimétricos e multipolarimétricos. 6.3 Aplicações de sensoriamento remoto na gestão ambiental. 6.4 Tratamento digital de imagens, registro de imagens e mosaicagem. 7 Banco de dados relacional e banco de dados geográfico. 7.1 Sistemas de gerenciamento de bancos de dados tradicional e geográfico. 7.2 Armazenamento de dados em tabela. 7.3 Linguagem de consulta padrão SQL aplicadas a banco de dados geográficos. 7.4 Criação de topologia. 8 Infraestrutura de dados espaciais (IDE). 8.1 Conceitos. 8.2 Componentes. 8.3 Vantagens. 8.4 Interoperabilidade por meio de geosserviços. 8.4 Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). 8.5 Protocolos de interface padrão da Open Geospatial Consortium (OGC). 8.5.1 Web Feature Service (WFS). 8.5.2 Web Map Service (WMS). 8.5.3 Web Coverage Service (WCS). 9. Técnicas para elaboração de cartografia digital. 9.1 Aerofotogrametria. 9.1.1 Conceitos e definições. 9.1.2 Principais produtos. 9.2 Perfilamento a laser (LiDAR). 9.2.1 Conceitos e definições. 9.2.2 Principais produtos. 9.3 Imageamento terrestre 360°. 9.3.1 Conceitos e definições. 9.3.3 Principais produtos.

CARACTERIZAÇÃO E POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: 1 Aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais do Município de Fortaleza. 1.1 Localização, área, população e divisão política e administrativa. 2 Legislação federal aplicável. 2.1 Constituição Federal de 1988. 2.1.1 Municípios: arts. 29 a 31. 2.1.2 Política urbana: arts. 182 e 183. 2.2 Lei nº 10.257/2001 e suas alterações (Estatuto da Cidade). 2.3 Lei nº 6.766/1979 e suas alterações (Parcelamento do Solo Urbano). 2.4 Decreto nº 6.666/2008 (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)). 2.5 Portaria 3.242/2022 do Ministério do Desenvolvimento Regional (diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM, nos municípios brasileiros). 3 Legislação municipal aplicável. 3.1 Lei Orgânica do Município de Fortaleza. 3.1 Lei Orgânica do Município de Fortaleza. 3.2 Lei Complementar Municipal nº 62/2009 (Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza). 3.3 Lei Complementar Municipal nº 236/2017 (Parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de Fortaleza).

INFORMÁTICA: 1 Software livre QGIS. 2 Soluções livres de Webmapping. 2.1 GeoServer. 2.2 MapServer. 2.3 GeoNetwork. 3 Banco de dados Geográfico PostgreSQL/PostGIS. 3.1 PostGIS. 3.1.1 Ativação da extensão PostGIS. 3.1.2 Tipos geometry e geography. 3.1.3 Construção de índices espaciais. 3.1.4 Funções construtores de geometria. 3.1.5 Funções assessores de geometria. 3.1.6 Funções editores de geometria. 3.1.7 Funções de relações espaciais e medidas. 3.1.8 Funções de processamento de geometrias. 3.2 Consultas SQL com funções e operadores espaciais. 3.2 Conexão do PostgreSQL com QGIS.

CARGO 8: ANALISTA FAZENDÁRIO MUNICIPAL – ÁREA DO CONHECIMENTO: PSICOLOGIA

1. Modelos de gestão de pessoas; 2. Gestão de pessoas por Competências. 2.1 Conceito e tipologia de competências. 2.2 Identificação e priorização de competências. 2.3 Mapeamento de perfis profissionais por competências; 3. Recrutamento e seleção de pessoal no setor público. 3.1 Estatuto do Servidor (LEI Nº 6.794, DE 27 DE DEZEMBRO 1990), 3.2 Seleção por competências; 4. Análise de cargo: objetivos e métodos; 5. Avaliação de perfil comportamental: teorias, métodos e técnicas; 6. Treinamento e Desenvolvimento (T&D). 6.1 Identificação das necessidades de treinamento por competência. 6.2 O papel do T&D nos programas de gestão de competência; 7 Avaliação e gestão de desempenho, 7.1 Conhecimento, aprendizagem e desempenho humano; 8. Teorias da motivação; 9. Percepção, atitudes, valores e diferenças individuais; 10. Comunicação interpessoal; 11. Relacionamento interpessoal; 12. O comportamento social, a dinâmica dos grupos e o desenvolvimento de equipes; 13. Teorias e técnicas de dinâmica de grupo; 14. Liderança: teorias; 15. Clima organizacional; 16. Cultura organizacional; 17. Métodos e técnicas de pesquisa organizacional; 18. Orientação para aposentadoria nas organizações públicas, 18.1 Lei Complementar Nº 298, de 26 de abril de 2021; 19. Discriminação e assédio moral no trabalho, 19.1 Lei Nº 10.427, de 14 de dezembro de 2015; 20. Psicologia da saúde, 20.1 Ações básicas de saúde: Promoção, Prevenção, Reabilitação. 20.2 Equipes interdisciplinares. 20.2.1 interdisciplinaridade e multidisciplinaridade em saúde. 20.3 Relação entre trabalho, processos de subjetivação e processos de saúde e adoecimento relacionado ao trabalho; 21. Qualidade de vida no trabalho. 21.1 Fatores de risco ocupacional e saúde mental no ambiente de trabalho, prevenção, identificação, avaliação desses fatores e promoção da saúde; 21.2 Segurança Psicológica, 21.3 Doenças mentais relacionadas ao trabalho; 22. Papel profissional, atribuições e competência técnica do psicólogo nas organizações. 23 Código de Ética Profissional do Psicólogo e resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

CARGO 9: AUDITOR DO TESOUREO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO GERAL: 1 Evolução da administração. 1.1 Principais abordagens da administração (clássica até contingencial). 2 Processo administrativo. 2.1 Funções de administração. 2.1.1 Planejamento, organização, direção e controle. 2.2 Processo de planejamento. 2.2.1 Planejamento estratégico. 2.2.1.1 Visão, missão e análise SWOT, matriz GUT e ferramenta 5W2H. 2.2.2 Análise competitiva e estratégias genéricas. 2.2.3 Redes e alianças. 2.2.4 Planejamento tático. 2.2.5 Planejamento operacional. 2.2.6 Administração por objetivos. 2.2.7 Balanced scorecard. 2.2.8 Processo decisório. 2.3 Organização. 2.3.1 Estrutura organizacional. 2.3.2 Tipos de departamentalização. 2.3.2.1 Características, vantagens e desvantagens de cada tipo. 2.3.3 Organização informal. 2.3.4 Cultura organizacional. 2.4 Direção. 2.4.1 Motivação e liderança. 2.4.2 Comunicação. 2.4.3 Descentralização e delegação. 2.5 Controle. 2.5.1 Características. 2.5.2 Tipos, vantagens e desvantagens. 2.5.3 Sistema de medição de desempenho organizacional. 3 Gestão de pessoas. 3.1 Equilíbrio organizacional. 3.2 Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. 3.3 Recrutamento e seleção de pessoas. 3.3.1 Objetivos e características. 3.3.2 Principais tipos, características, vantagens e desvantagens. 3.3.3 Principais técnicas de seleção de pessoas. 3.3.3.1 Características, vantagens e desvantagens. 3.4 Análise e descrição de cargos. 3.5 Capacitação de pessoas. 3.6 Gestão de desempenho. 3.7 Gestão por competências. 4 Gestão da qualidade e modelo de excelência

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 30 DE MARÇO DE 2023

(SUPLEMENTO) QUINTA-FEIRA - PÁGINA 25

gerencial. 4.1 Principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade. 4.2 Ferramentas de gestão da qualidade. 5 Gestão de projetos. 5.1 Elaboração, análise e avaliação de projetos. 5.2 Principais características dos modelos de gestão de projetos. 5.3 Projetos e suas etapas. 6 Gestão de processos. 6.1 Conceitos da abordagem por processos. 6.2 Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. 6.3 Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos. 6.4 BPM. 7 Administração financeira. 7.1 Indicadores de desempenho. Tipo. Variáveis. 7.2 Princípios gerais de alavancagem operacional e financeira. 7.3 Planejamento financeiro de curto e longo prazo. 7.4 Conceitos básicos de análise de balanços e demonstrações financeiras.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E PATRIMONIAL: 1 Orçamento público. 1.1 Conceito 1.2 Técnicas orçamentárias. 1.3 Princípios orçamentários. 1.4 Ciclo orçamentário. 1.5 Processo orçamentário. 2 O orçamento público no Brasil. 2.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal. 2.2 Plano plurianual. 2.3 Diretrizes orçamentárias. 2.4 Orçamento anual. 2.5 Sistema e processo de orçamentação. 2.6 Classificações orçamentárias. 2.7 Estrutura programática. 2.8 Créditos ordinários e adicionais. 3 Programação e execução orçamentária e financeira. 3.1 Descentralização orçamentária e financeira. 3.2 Acompanhamento da execução. 3.3 Sistemas de informações. 3.4 Alterações orçamentárias. 4 Receita pública. 4.1 Conceito e classificações. 4.2 Estágios. 4.3 Fontes. 4.4 Dívida ativa. 5 Despesa pública. 5.1 Conceito e classificações. 5.2 Estágios. 5.3 Restos a pagar. 5.4 Despesas de exercícios anteriores. 5.5 Dívida flutuante e fundada. 5.6 Suprimento de fundos. 6 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal). 7 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações.

AUDITORIA FISCAL: 1 Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria – NBC TA e NBC PA. 2 Amostragem em Auditoria. NBC TA 530, aprovada pela Resolução CFC nº 1.222/2009. 3 Testes de observância. 4 Testes substantivos. 5 Testes para subavaliação e testes para superavaliação. 6 Evidências de auditoria. 7 Procedimentos de auditoria. 8 Identificação de fraudes na escrita contábil. 9 Demonstrações contábeis sujeitas a auditoria. 10 Auditoria no ativo circulante. 10.1 Recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa. 11 Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais. 12 Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado. 13 Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário. 14 Baixa fictícia de títulos não recebidos. 15 Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas. 16 Auditoria no ativo não circulante. 16.1 Superavaliação na formação dos custos de estoque. 17 Auditoria no ativo realizável a longo prazo. 17.1 Identificação de origens de recursos fictícias. 18 Auditoria em investimentos. 19 Auditoria no ativo imobilizado. 19.1 Ativos ocultos. 20 Alienação fictícia de bens. 21 Auditoria no ativo intangível. 22 Auditoria no passivo circulante. 22.1 Falta de registro contábil dos passivos de curto prazo. 23 Passivos fictícios. 24 Identificação de passivos já pagos e não baixados. 25 Auditoria no passivo não circulante. 26 Auditoria no patrimônio líquido. 27 Aumento do capital social sem comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros. 28 Contabilização de reservas. 29 Subvenções. 30 Auditoria em contas de resultado. 31 Registro de receitas e despesas. 32 Ocultação de receitas. 33 Superavaliação de custos e despesas. 34 Identificação de fraudes e erros na escrita fiscal. 35 Auditoria na escrita fiscal digital (EFD) e na nota fiscal eletrônica (NFe). 36 Testes de auditoria nos registros da NFe e nos registros de entradas, saídas, inventário, apuração do ICMS, da produção e do estoque e do documento controle de crédito de ICMS do ativo permanente (CIAP), modelos “C” ou “D” (ajuste SINIEF 2/2010). 37 Identificação das principais divergências fiscais, utilizando conhecimento em sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBD) e nos leiautes da EFD e da NFe: crédito de ICMS sobre aquisições para uso e consumo, ativo imobilizado ou submetidas a saídas isentas e não tributadas. 38 Crédito de ICMS em valor superior ao permitido pela legislação tributária. 39 Verificação da alíquota ou base de cálculo utilizada pelo contribuinte com aquelas previstas na legislação tributária. 40 Cotejamento do ICMS devido nas operações submetidas à substituição tributária e o declarado no documento fiscal. 41 Auditoria em operações de importação. 42 Lei Complementar nº 105/2001 (dispõe sobre sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências).

CONTABILIDADE GERAL E CONTABILIDADE DE CUSTOS: I CONTABILIDADE GERAL: 1 Contabilidade. 1.1 Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. 2 Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3 Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura. 4 Atos e fatos administrativos. 5 Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil. 6 Variação do patrimônio líquido. 6.1 Receita, despesa, ganhos e perdas. 7 Apuração dos resultados. 8 Regimes de apuração. 8.1 Caixa e competência. 9 Escrituração contábil. 9.1 Lançamentos contábeis; contas patrimoniais, resultado. 10 Fatos contábeis. 10.1 Permutativos, modificativos e mistos. 11 Itens patrimoniais. 11.1 Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido. 12 Demonstrações contábeis. 12.1 Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado. 13 Notas explicativas às demonstrações contábeis. 13.1 Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações. 14 Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/2007 e suas alterações e Lei Federal nº 11.941/2009 e suas alterações. 15 Estoques. 15.1 Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação. 16 Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas. II CONTABILIDADE DE CUSTOS: 1 Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos. 2 Conceitos e classificação dos custos. 3 Apropriação dos custos à produção. 3.1 Conceito e critérios de atribuição dos custos. 4 Departamentalização. 4.1 Conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto. 5 Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção. 6 Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos. 7 Utilização de equivalentes de produção. 8 Tipos de produção. 8.1 Conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos. 8.2 Produção por ordem, produção contínua, produção conjunta. 9 Tipos de custeio. Conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados. 10 Formas de controle dos custos. 11 Custos estimados. 11.1 Conceito, tratamento contábil, análise das variações. 12 Custos controláveis. 12.1 Conceito, tratamento contábil e aplicação. 13 Custo padrão. 13.1 Conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações. 14 Margem de contribuição. 14.1 Conceito, cálculos e aplicação. 15 Análise do custo X volume X lucro. 16 Variações do ponto de equilíbrio. 17 Grau de alavancagem operacional. 18 Margem de segurança.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL: I DIREITO CIVIL: 1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço. 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Domicílio. 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Constituição. 3.3 Extinção. 3.4 Sociedades de fato. 3.5 Associações. 3.6 Fundações. 4 Bens imóveis, móveis e públicos. 5 Fato jurídico. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Invalidez. 7 Prescrição. 7.1 Disposições gerais. 8 Decadência. 9 Direitos reais e obrigacionais. 9.1 Conceito; natureza; distinção. 8 Propriedade. 9.1 Conceito. 9.2

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 30 DE MARÇO DE 2023

(SUPLEMENTO) QUINTA-FEIRA - PÁGINA 26

Noções gerais. 9.3 Aquisição, perda; restrições ao direito de propriedade. 9.4 Condomínio. 10 Posse. 10.1 Conceito. 10.2 Classificação. 10.3 Aquisição. 10.4 Perda. 10.5 Efeitos da posse. 10.6 Posse e detenção. 11 Direitos reais sobre a coisa alheia. 11.1 Conceito, superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, penhor, hipoteca e propriedade fiduciária. 12 Obrigações. 12.1 Direitos reais, direitos pessoais. 12.2 Obrigações de dar, de fazer, de não fazer. 12.3 Obrigações decorrentes de atos ilícitos. 12.4 Solidariedade, indivisibilidade, inexecução. 12.5 Transmissão das obrigações. 12.6 Adimplemento e extinção. 13 Contratos. 13.1 Conceito. 13.2 Classificação. 13.3 Formação. 13.4 Efeitos. 13.5 Revisão. 13.6 Extinção. 13.7 Contrato, pré-contrato e negociações preliminares. 13.8 Compra e venda. 13.9 Troca ou permuta. 13.10 Doação. 13.11 Empréstimo. 13.12 Prestação de serviço. 13.13 Empreitada. 13.14 Depósito. 13.15 Mandato, fiança e aval. 13.16 Sociedade. Parceria rural. 13.17 Transporte. 14 Alienação fiduciária em garantia. 15 Cooperativas. 15.1 Conceito. 15.2 Natureza. 15.3 Regime jurídico. 15.4 Atos cooperativos, operações de mercado. II DIREITO EMPRESARIAL: 1 Fundamentos do direito empresarial. 1.1 Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características. 1.2 Teoria da empresa. 1.3 Empresário. 1.3.1 Conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário. 1.4 Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (microempresa e empresa de pequeno porte). 1.5 Prepostos do empresário. 1.6 Institutos complementares. 1.6.1 Nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração. 2 Registro de empresa. 2.1 Órgãos de registro de empresa. 2.2 Atos de registro de empresa. 2.3 Processo decisório do registro de empresa. 2.4 Inatividade da empresa. 2.5 Empresário irregular. 2.6 Lei nº 8.934/1994. 3 Protesto de títulos e outros documentos de dívida. 3.1 Legislação, modalidades, procedimentos, efeitos, ações judiciais envolvendo o protesto. 4 Direito societário. 4.1 Sociedade empresária. 4.1.1 Conceito, terminologia, ato constitutivo. 4.2 Sociedades simples e empresárias. 4.3 Personalização da sociedade empresária. 4.4 Classificação das sociedades empresárias. 4.5 Sociedade irregular. 4.6 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. 4.7 Desconsideração inversa. 4.8 Regime jurídico dos sócios. 4.9 Sociedade limitada. 4.10 Sociedade anônima. 4.11 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações. 4.12 Sociedade em nome coletivo. 4.13 Sociedade em comandita simples. 4.14 Sociedade em comandita por ações. 4.15 Operações societárias. 4.15.1 Transformação, incorporação, fusão e cisão. 4.16 Relações entre sociedades. 4.16.1 Coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico. 4.17 Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.

DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 Sistema Tributário Nacional. 1.1 Princípios do direito tributário. 1.2 Limitações do poder de tributar. 1.3 Repartição das receitas tributárias. 2 Tributo. 2.1 Conceito. 2.2 Natureza jurídica. 2.3 Espécies. 2.4 Imposto. 2.5 Taxa. 2.6 Contribuição de melhoria. 2.7 Empréstimo compulsório. 2.8 Contribuições. 3 Competência tributária. 3.1 Classificação. 3.2 Exercício da competência tributária. 3.3 Capacidade tributária ativa. 3.4 Imunidade tributária. 3.5 Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 3.6 Imunidades em espécie. 4 Fontes do direito tributário. 4.1 Constituição Federal. 4.2 Leis complementares. 4.3 Leis ordinárias e atos equivalentes. 4.4 Tratados internacionais. 4.5 Atos do poder executivo federal com força de lei material. 4.6 Atos exclusivos do poder legislativo. 4.7 Convênios. 4.8 Decretos regulamentares. 4.9 Normas complementares. 5 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 6 Obrigação tributária. 6.1 Definição e natureza jurídica. 6.2 Obrigação principal e acessória. 6.3 Fato gerador. 6.4 Sujeito ativo. 6.5 Sujeito passivo. 6.6 Solidariedade. 6.7 Capacidade tributária. 6.8 Domicílio tributário. 6.9 Responsabilidade tributária. 6.10 Responsabilidade dos sucessores. 6.11 Responsabilidade de terceiros. 6.12 Responsabilidade por infrações. 7 Crédito tributário. 7.1 Constituição de crédito tributário. 7.2 Lançamento. 7.3 Modalidades de lançamento. 7.4 Suspensão do crédito tributário. 7.5 Extinção do crédito tributário. 7.6 Exclusão de crédito tributário. 7.7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 7.8 Renúncia de receitas tributárias. 8 Administração tributária. 8.1 Fiscalização. 8.2 Dívida ativa. 8.3 Certidões negativas. 9 Impostos da União. 10 Impostos dos estados e do Distrito Federal. 11 Impostos dos municípios. 12 Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte). 13 Lei Complementar nº 116/2003 e suas alterações (dispõe sobre o ISSQN).

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Teoria Geral do Estado. 2 Os poderes do Estado e as respectivas funções. 3 Teoria geral da Constituição. 3.1 Conceito. 3.2 Origens. 3.3 Conteúdo. 3.4 Estrutura. 3.5 Classificação. 4 Supremacia da Constituição. 5 Tipos de Constituição. 6 Poder constituinte. 7 Os princípios constitucionais. 8 Constituição. 8.1 Interpretação e controle de constitucionalidade. 8.2 Normas constitucionais e inconstitucionais. 8.3 Competência dos tribunais. 8.4 Efeitos da decisão no controle de constitucionalidade. 9 Emenda, reforma e revisão constitucional. 10 Hierarquia das normas jurídicas. 11 Dos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil. 12 Dos direitos e garantias fundamentais. 13 Da organização do Estado político-administrativo. 13.1 Da Administração Pública. 13.2. Dos servidores públicos civis. 14 A organização dos Poderes. 14.1 O Poder Legislativo. 14.1.1 A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 14.1.2 O Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno. 14.1.3 Tribunal de Contas da União. 14.2 O Poder Executivo. 14.2.1 O Presidente e o Vice-Presidente da República. 14.2.2 As atribuições do Presidente da República. 14.2.3 A responsabilidade do Presidente da República. 14.2.4 Os Ministros de Estado. 14.3 O Poder Judiciário. 14.3.1 Disposições Gerais. 14.3.2 O Supremo Tribunal Federal. 14.3.2 O Superior Tribunal de Justiça. 15 O Ministério Público. 16 A defesa do Estado e das instituições democráticas. 17 Da tributação e do orçamento. 17.1 Sistema Tributário Nacional. 17.2 Das finanças públicas. 17.2.1 Do orçamento. 18 Da ordem econômica e financeira. 19 Da ordem social. 20 Das disposições gerais e das disposições constitucionais transitórias.

DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração pública: princípios básicos. Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista. Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005). Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação. Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos. Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999). Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo. Responsabilidade extracontratual do Estado. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021). Serviços públicos. Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade. Delegação de serviço público: autorização, permissão e concessão. Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso e cessão de uso. Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa. Terceiro Setor: Entes paraestatais. Lei Geral de Proteção a Dados (Lei nº 13.709/2018).

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 30 DE MARÇO DE 2023

(SUPLEMENTO) QUINTA-FEIRA - PÁGINA 27

ESTATÍSTICA: 1 Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). 2 Probabilidade. 2.1 Definições básicas e axiomas. 2.2 Probabilidade condicional e independência. 2.3 Variáveis aleatórias discretas e contínuas. 2.4 Distribuição de probabilidades. 2.5 Função de probabilidade. 2.6 Função densidade de probabilidade. 2.7 Esperança e momentos. 2.8 Distribuições especiais. 2.9 Distribuições condicionais e independência. 2.10 Transformação de variáveis. 2.11 Leis dos grandes números. 2.12 Teorema central do limite. 2.13 Amostras aleatórias. 2.14 Distribuições amostrais. 3 Inferência estatística. 3.1 Estimação pontual: métodos de estimação, propriedades dos estimadores, suficiência. 3.2 Estimação intervalar: intervalos de confiança, intervalos de credibilidade. 3.3 Testes de hipóteses: hipóteses simples e compostas, níveis de significância e potência de um teste, teste t de Student, teste qui-quadrado. 4 Análise de regressão linear. 4.1 Critérios de mínimos quadrados e de máxima verossimilhança. 4.2 Modelos de regressão linear. 4.3 Inferência sobre os parâmetros do modelo. 4.4 Análise de variância (ANOVA). 4.5 Análise de resíduos. 5 Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. 5.1 Tamanho amostral.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: 1 Lei Complementar nº 159/2013 e suas alterações (Código Tributário do Município de Fortaleza). 2 Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015, suplemento do Diário Oficial do Município nº 15.674/ de 22 de dezembro de 2015. 3 Taxa do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU). 3.1 Lei 11.323/2022. 3.2 Lei 11.337/2023. 4 Lei Complementar Nº 305/2021.

ORÇAMENTO PÚBLICO: 1 Orçamento público. 1.1 Conceito 1.2 Técnicas orçamentárias. 1.3 Princípios orçamentários. 1.4 Ciclo orçamentário. 1.5 Processo orçamentário. 2 O orçamento público no Brasil. 2.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal. 2.2 Plano plurianual. 2.3 Diretrizes orçamentárias. 2.4 Orçamento anual. 2.5 Sistema e processo de orçamentação. 2.6 Classificações orçamentárias. 2.7 Estrutura programática. 2.8 Créditos ordinários e adicionais.

Flávia Roberta Bruno Teixeira
SECRETÁRIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS DE FORTALEZA

Marcelo Jorge Borges Pinheiro
SECRETÁRIO MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

ANEXO I CRONOGRAMA PREVISTO

Atividade	Datas previstas
Período de solicitação de inscrição e de isenção de taxa de inscrição	14/4 a 5/5/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Disponibilização de link para verificação de deferimento da foto encaminhada na inscrição e prazo para novo envio de foto que atenda às determinações do sistema	8 e 9/5/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Disponibilização de link para a consulta individual à situação provisória de solicitação de isenção de taxa	12 a 16/5/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Prazo para interposição de recursos contra a situação provisória de solicitação de isenção de taxa	15 e 16/5/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Disponibilização de link para a consulta individual à situação final de solicitação de isenção de taxa	23/5/2023
Último dia para pagamento da taxa de inscrição	25/5/2023
Divulgação da relação provisória dos candidatos com inscrição deferida (ampla concorrência, pessoas com deficiência e negros)	2/6/2023
Disponibilização de link para a consulta individual à situação provisória de atendimento especial	2 a 6/6/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Prazo para interposição de recursos contra a relação provisória dos candidatos com inscrição deferida (ampla concorrência e pessoas com deficiência), contra a situação provisória de atendimento especial e para alteração de concorrência (negros)	5 e 6/6/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação da relação final dos candidatos com inscrição deferida (ampla concorrência, pessoas com deficiência e negros)	14/6/2023